

A demofobia e a encruzilhada da democracia

Ainda que considerada a melhor forma de governo, a democracia moderna envolve, ao longo de sua breve história, um misto de consenso e desencanto. Aos olhos de teóricos como Fukuyama, a queda do muro de Berlim consolidou a democracia liberal, orientada pela economia de mercado capitalista, como o melhor dos mundos possível. Mas, com a crise de 2008, não somente o regime capitalista foi posto em questão, como também o modelo político. Os limites da democracia foram evidenciados. Deve-se perguntar, porém, se a atual insatisfação não tem raízes mais profundas associadas a uma característica fundamental da democracia moderna, que de tempos em tempos é intensificada: a demofobia. O que esse neologismo, que parece soar autoexplicativo, pode querer dizer como paixão e ideia política?

Povo ou massas apresentam-se como objeto de inquietude e mesmo como problema inextricável quando revisitado o pensamento que forjou noções importantes para engendrar as bases teóricas da democracia aos fins do século XVIII e ao longo do XIX. Como ideia política, o medo ganha contornos singulares nesse período de protagonismo das massas na política, das jornadas revolucionárias, do avanço de um movimento de democratização que ocorre principalmente no cenário europeu e norte-americano. Sendo suscitado pela real ameaça tanto à integridade física quanto à propriedade privada, o medo impregna as relações sociais e exerce influência direta

na elaboração de fórmulas políticas que tendem a domesticar a população, a reprimir as paixões em nome de uma razão, a tutelar os de baixo, a regular o *demos*, a represar a potência de composição das forças da multidão e a racionalizar a gestão do “grande número”.

Importante notar que a visada de teóricos de linhagem liberal resulta essencialmente de ângulos totalmente externos às massas ou à multidão. Desse modo, vemos, por exemplo, Benjamin Constant afirmar que a mais absoluta democracia deve excluir estrangeiros, jovens e crianças, bem como homens que, mesmo nascidos no território e em maturidade, não seriam dotados de qualidades de “esclarecimento” adquiridas necessariamente pelo ócio decorrente da condição de proprietário. Essa premissa não fica restrita aos tempos de sufrágio censitário, mas sobrevive de um modo ou de outro até nossos dias, excluindo imigrantes e depreciando parcela enorme de pobres e trabalhadores considerados em condição de embrutecimento e dependência. Outro exemplo é Tocqueville, que se assume um “aristocrata por instinto” que despreza e teme a massa. O medo ocupa o cerne de seu trabalho intelectual destinado a disputar o significado da democracia, despindo-a de sua natureza revolucionária. Já na psicologia das massas de Le Bon, abundam adjetivos que depreciam a multidão, representada a todo momento como acéfala, plena de paixões destrutivas e desprovida de organização. Mas o limite do pensamento acerca da natureza democrática se manifesta com Stuart Mill, teórico que opera a subsunção do *demos* na fórmula da democracia como “governo de todos”, deixando para trás a fórmula clássica “governo do *demos*”, isto é, governo dos pobres enquanto

Deve-se perguntar, porém, se a atual insatisfação não tem raízes mais profundas associadas a uma característica fundamental da democracia moderna, que de tempos em tempos é intensificada: a demofobia

maioria (porque sendo os pobres tão numerosos, eles formam a maioria), como bem define Aristóteles. De maneira mais tênue, até mesmo a teoria socialista, apesar de dedicar-se à liberação das massas de toda dominação, elabora conteúdos que resvalam a natureza demofóbica do pensamento político de seu tempo.

Como conceito político, a demofobia não é a simples depreciação dos de baixo, do pobre, do povo e demais correlatos. Esse conceito, que encontra subsídios na filosofia de Spinoza, diz respeito conceitualmente ao medo em relação ao movimento das massas e, principalmente, à potência dessa maioria (às vezes, degradada em brutalidade). Enquanto pensadores como Hobbes se ocupam do Estado como aparato institucional de governo, Spinoza situa a multidão no centro do pensamento político, reabilitando o uso do nome ao dotá-la de uma potência e, principalmente, mostrando que essa potência multitudinária excede totalmente o aparato jurídico-político, ou seja, a lei e o Estado. A evidência dessa potência constitui o núcleo fundamental da demofobia. Não à toa, o medo, que na verdade é duplo – o medo que a multidão inspira nos governantes e o que a multidão experimenta ela mesma –, pode se tornar arma de conquista de direitos ou de garantia de liberdade e a violência inorganizada e elementar das massas irrompe, muitas vezes, afirma Engels, como a parteira de toda velha sociedade gestante de uma nova ordem.

Isso faz da demofobia o caráter constituinte da experiência política moderna, presente nos interstícios da teoria política. Por essa razão, a democracia demofóbica não consiste, ao contrário do que se pode pensar, na contrafação da democracia. A demofobia não nega o caráter violento e ignorante das massas ou da multidão; elas são de fato, e com frequência, perigosas, aterradoras e temerárias. A questão está em perceber que a teoria política torna-se, assim, presa de um obstáculo epistemológico que determina uma orientação cognitiva e baliza os limites para a imaginação política, delimitando parâmetros para o avanço do conhecimento acerca da potência da multidão e do processo de democratização em si.

O estudo dos conteúdos democráticos mostra que estamos à beira de uma encruzilhada, em que a via alternativa à demofobia ainda está por ser desbravada em nome da radicalização ou democratização da democracia. Afastar a democracia

de sua natureza demofóbica implica renovar seu conteúdo formal-racional (mudar mecanismos eleitorais, institucionais etc.) e, sobretudo, (re)elaborar seu conteúdo ético-político. Há efetivamente uma disputa em torno de princípios considerados democráticos, bem como em torno do próprio significado da democracia.

A proposta de extrair princípios ético-políticos de uma demofilia (*demos + philia* = amizade) surge a partir desse contexto. Negativo da demofobia, a demofilia compreende que: 1) a amizade supõe a igualdade. Para Aristóteles e Cícero, o amigo é outro igual. Logo, quanto menos houver desigualdade, mais demofilia; 2) a amizade supõe a comunhão. Em termos pitagóricos, tudo é comum entre amigos, por isso a amizade é, com efeito, uma comunidade. Logo, quanto mais houver vida em comum, mais demofilia; 3) a amizade supõe a autonomia. Para Aristóteles, viver em comum implica ter consciência de si próprio por meio da consciência de comum existência. Entre homens, cooperar é o próprio significado de conviver, e não, “como no caso do gado, pastar juntos no mesmo lugar”. Logo, onde há consciência da existência em comum, há autonomia e mais demofilia. Se toda forma de comunidade corresponde a uma forma de amizade, a democracia figura como forma de governo em que a amizade apresenta maior intensidade, porquanto é suposto haver verdadeira igualdade entre concidadãos. Com base nessas premissas, a demofilia apresenta-se como proposição ético-política para a premente necessidade de julgar e reinventar a democracia existente. —

Arquivo Pessoal



THAIS FLORENCIO AGUIAR

É doutora em ciência política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ e pós-doutora pelo Departamento de Ciência Política da USP. Ganhou o prêmio Capes de Tese 2014, com a melhor tese de ciência política.